

Sarney não parece disposto a punir o deputado dissidente

Da sucursal de
BRASÍLIA

A direção do PDS parece que não pretende requerer à Justiça Eleitoral a perda do mandato do deputado Joaquim Guerra (PE), que não foi a Brasília, quinta-feira, para votar o pacote de reformas constitucionais do governo. Esta é a impressão deixada por seu presidente, senador José Sarney, que não quis comentar a ausência, e pelo secretário-geral, deputado Prisco Viana, para quem "o momento não é de censura, é de comemorar a vitória".

Antes do fechamento de questão, o vice-líder do governo, deputado Jorge Arbage (PA), já admitira que dificilmente o partido partiria para a medida extrema de reclamar a cabeça de senadores e deputados que houvessem votado contra a diretriz partidária, principalmente num ano eleitoral em que a medida poderia gerar desgaste perante a opinião pública.

Outros pedessistas, por sua vez, previam que, em caso de vitória, o governo seria magnânimo e não exigiria punições de seu partido.

Além do mais, ele teria tido a convicção de que seu voto não era fundamental para a aprovação da reforma constitucional, razão por que permaneceu em Recife, sem atender à convocação do líder.

SANÇÃO

O pacote de reformas da constituição vai ser promulgado, dia 29, às 11 horas, pela Mesa do Congresso, segundo informou ontem o senador Jarbas Passarinho, presidente do Congresso.

FECHAMENTO

Ontem o senador Juthay Magalhães (PDS-BA) apresentou no Senado o projeto que visa alterar a Lei Orgânica dos Partidos Políticos, modificando os dispositivos relativos ao fechamento de questões pelos diretórios nacionais dos partidos em torno de projetos em tramitação no Congresso.

Em seu projeto, o parlamentar propôs que o fechamento de questão seja feito após audiências às bancadas na Câmara e no Senado. Diz a proposta: "Quando se tratar de disciplina de voto sobre qualquer matéria, com fechamento de questão, somente se considerará legitimamente estabelecida a diretriz quando houver o pronunciamento favorável da maioria absoluta das respectivas bancadas, obtido em reuniões destas".

O senador Juthay Magalhães, embora votasse com o pacote de reformas constitucionais do governo, se manifestou contra o fechamento da questão pelo diretório nacional do PDS sem audiência aos deputados e senadores.